

# PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(925463)

## OBJETO

*Contratação de empresa ou instituição especializada em planejamento, organização, aplicação e correção de provas objetivas e avaliação de títulos*

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 120.849,12**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
**Dia 17/07/2026 às 9h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**BENEFÍCIO ME/EPP:**  
NÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

(Processo SEI nº 9767/2026-41)

Torna-se público que o **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, por meio do **Departamento Geral de Administração**, sediado na Avenida Rangel Pestana, nº 315, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Resolução TCE-SP nº 21/2023 de 12 de dezembro de 2023, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa ou instituição especializada em planejamento, organização, aplicação e correção de provas objetivas e avaliação de títulos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **único item**.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e no **Sistema de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **3º (terceiro) dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que, neste certame, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCESP ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. Agente público do TCESP;

2.6.7. Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.8. Empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual,

municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;

2.6.9. Empresas que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei nº 12.527/2011 e do art. 62, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 68.155/2023;

2.6.10. Empresas que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (art. 2º do Decreto Estadual nº 67.684/2023);

2.6.11. Empresas que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do TCESP, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7.1. A vedação de participação de agente público do TCESP de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o **item 2.6.2** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, nos termos do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, atualizado pelo Decreto nº 57.159, de 21 de julho de 2011.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no **item 3.4.1**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.4.3. Considerando que, neste Pregão, a participação é ampla, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que tratam os **itens 3.3 e 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

4.1.1. **Preço Total do Item Único.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



4.5. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.5.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no item acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.5.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item acima, caberá ao ente público **CONTRATANTE** comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **Preço Total do Item Único**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 900,00 (novecentos reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A melhor classificada nos termos do item acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item acima.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do **Estado de São Paulo**;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) e da Lei Estadual nº 13.798, de 09 de novembro de 2009.

5.18.3. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que tratam os **subitens 5.18.1 e 5.18.2**, proceder-se-á ao sorteio eletrônico e automático pelo sistema das propostas empatadas.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no **item 2.6** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.5 e 3.4** deste Edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 6.7. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.
- 6.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.9. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o **item 6.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme as disposições do **item 7**.
- 6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.10.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.10.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
  - 6.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 6.11. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.1.3. No caso de consórcio de empresas, para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

a) A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema;

b) Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

7.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.2. Na impossibilidade de verificação de autenticidade por meio eletrônico, poderá ser exigida a apresentação dos documentos para fins de habilitação, em original ou cópia, por meio do **Protocolo Digital** ou por **Correspondência**:

7.2.1. **PROTOCOLO DIGITAL**: <https://www.tce.sp.gov.br/protocolo-digital>

a) Havendo necessidade de realizar o cadastro prévio: [https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro\\_usuario.xhtml](https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml)

b) Endereçando o arquivo para a **Comissão Permanente de Contratação** com o número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI.

7.2.2. **CORRESPONDÊNCIA**: Correio com AR, Sedex ou Remessa Expressa, endereçando à Comissão Permanente de Contratação do TCESP com o número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI, localizada na Rua Venceslau Brás, 183, térreo, Prédio Anexo-II Centro, São Paulo/SP, CEP: 01016-000.

**Prazo para envio: até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública**, prorrogáveis por igual período a contar da data de comunicação do Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

7.2.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, este Tribunal de Contas aceitará como válidas as expedidas até **180** (cento e oitenta) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no **item 7.8.1**.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. Porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos para habilitação fiscal, social e

trabalhista listados no **Apêndice ao Termo de Referência**, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.14.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do item acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.15. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no **item 11** deste Edital.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação

da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O andamento do processo poderá ser acompanhado pelos interessados no sítio eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/transparencia-tcesp>.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. No que for cabível, aplicam-se à presente licitação as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução TCE-SP nº 11/2023 que integra este Edital como Anexo.

9.2. As sanções de que trata o item anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF e na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [cpc@tce.sp.gov.br](mailto:cpc@tce.sp.gov.br).

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará a aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará a presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de **Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

a) Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

b) Se não for possível atualizar os documentos referidos no item acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

c) Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

d) Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no **item 6.1** deste Edital.

e) Prestação de Garantia Contratual: As condições para a prestação de garantia contratual estão previstas na Minuta de Contrato que integra este Edital como Anexo.

e.1) A prestação da garantia pela **CONTRATADA**, quando optar pela modalidade "seguro-garantia", deverá ocorrer no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

f) A **adjudicatária** deverá apresentar, no ato da **assinatura do contrato**:

f.1) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos/Impedimentos para Contratar, conforme **Anexo B** do Termo de Referência;

f.2) Declaração de Disponibilidade de site próprio com certificação digital e de parque computacional e gráfico seguros, conforme **Anexo C** do Termo de Referência;

g) A **adjudicatária** deverá apresentar, no ato da **assinatura do contrato**, os documentos e comprovações exigidos no **subitem 11.2** do Termo de Referência.

11.2.1. O **Termo de Contrato** deverá ser assinado eletronicamente pelo adjudicatário no **prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo **CONTRATANTE**, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

a) O adjudicatário será cientificado da disponibilização do Contrato para assinatura **exclusivamente por meio do e-mail informado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.**

b) O adjudicatário deverá solicitar seu login e senha **para assinatura eletrônica do Contrato** em conformidade com a regulamentação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito deste Tribunal de Contas. Maiores informações poderão ser obtidas junto à **Seção de Contratos – DCP-1, pelos telefones (11) 3292-3359 / 3292-3765, e-mail: [dcp1@tce.sp.gov.br](mailto:dcp1@tce.sp.gov.br).**

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

11.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do serviço em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.5. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.9. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.13. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.14. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.



11.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)).

11.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

11.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 11.17.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 11.17.2. ANEXO II – Minuta de Contrato;
- 11.17.3. ANEXO III – Resolução TCESP nº 11/2023.

**Carlos Eduardo Corrêa Malek**  
**Diretor Técnico**  
**Departamento Geral de Administração**

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVAS OBJETIVAS E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

#### 1. DO OBJETO

Contratação de empresa ou instituição para planejamento, organização e execução de **provas objetivas e avaliação de títulos referentes a dois Processos Anuais de Promoção dos servidores do TCESP**, relativos aos exercícios de 2025 e 2026, nos termos da Resolução nº 07/2018, que conte com **estrutura organizacional, equipe técnica e banca especializada** para elaboração do edital de abertura, execução das etapas de inscrição e dos procedimentos de elaboração, impressão, aplicação, fiscalização e correção das provas, resposta a eventuais recursos, divulgação dos resultados e demais providências, considerando o conteúdo programático definido pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA) deste Tribunal de Contas e demais critérios ora propostos.

Cada um dos Processos de Promoção observará o cronograma estimado constante deste Termo de Referência, elaborado com base no cronograma preliminar publicado no DOE-TCESP de 11/05/2026 (disponibilizado em 08/05/2026). As provas de cada processo serão realizadas simultaneamente, em formato presencial, na cidade de São Paulo – SP.

##### 1.1. Estimativa do número total de candidatos (inscritos)

Para fins de planejamento e dimensionamento preliminar do certame, adota-se como referência o comportamento observado em processos anteriores, nos quais a taxa de inscrição (inscritos/aptos) variou de forma significativa. Assim, com base na lista de aptos de cada exercício, considera-se:

a) **Promoção 2025** (246 aptos): estimativa-base (cenário médio) de aproximadamente **127 inscritos**, com **faixa de referência para dimensionamento preliminar entre 84 e 192 inscritos**.

b) **Promoção 2026** (32 aptos do exercício): além dos aptos do exercício, a estimativa deverá considerar a possível participação, em 2026, de servidores aptos em 2025 que não se inscreveram e/ou não obtiveram aprovação naquele exercício, projetando-se, como estimativa-base (cenário médio), aproximadamente **41 inscritos**, com **faixa de referência para dimensionamento preliminar entre 29 e 81 inscritos**.

**Observação (dimensionamento definitivo):** o quantitativo definitivo de inscritos, e, conseqüentemente, o dimensionamento de salas, equipe, materiais e logística, será confirmado após o encerramento das inscrições e a divulgação das inscrições deferidas, devendo a Contratada ajustar a execução ao quantitativo efetivo apurado.

## **1.2. Estimativa do número de candidatos por Processo e cargo efetivo (aptos)**

Para fins de planejamento da quantidade de cadernos e da necessidade de provas distintas por cargo/área, considera-se a distribuição de aptos (lista preliminar) e uma estimativa de inscritos por faixa (baixo/médio/alto), a ser confirmada após o encerramento das inscrições deferidas.

### **a) Promoção 2025 (246 aptos – lista preliminar):**

- **Auditor de Controle Externo** (nível superior): 112 aptos (inscritos estimados: 38 / 58 / 87)
- **Auditor de Controle Externo – Administração** (nível superior): 10 aptos (inscritos estimados: 3 / 5 / 8)
- **Técnico de Controle Externo** (nível médio): 110 aptos (inscritos estimados: 37 / 57 / 86)
- **Auxiliar da Fiscalização:** 13 aptos (inscritos estimados: 4 / 7 / 10)
- **Agente Educacional** (nível superior): 1 apto (inscritos estimados: 0 / 1 / 1) – **para fins de aplicação de prova objetiva, o cargo será enquadrado na prova de Auditor de Controle Externo – Administração, por compatibilidade funcional e lotação no Departamento Geral de Administração.**

### **b) Promoção 2026 (32 aptos – lista preliminar):**

- **Auditor de Controle Externo** (nível superior): 29 aptos (inscritos estimados: 10 / 15 / 23)
- **Auditor de Controle Externo – Administração** (nível superior): 2 aptos (inscritos estimados: 1 / 1 / 2)
- **Técnico de Controle Externo** (nível médio): 1 apto (inscritos estimados: 0 / 1 / 1)

**Tratamento de quantitativo residual (cargos com poucos aptos):**

Caso haja cargo/área com quantitativo residual que inviabilize, por razoabilidade operacional, a elaboração de prova exclusiva, a CTA definirá, antes da publicação do edital, a forma de enquadramento (prova própria ou prova equivalente), devendo a Contratada adequar a execução conforme a definição formal do Contratante.

**Observação:** a distribuição definitiva de aptos e o quantitativo efetivo de inscritos serão confirmados pela lista de aptos e pelas inscrições deferidas publicadas juntamente com o edital de abertura das inscrições de cada processo de promoção.

### 1.3. Das Provas

a) **Formato e datas de realização**

As provas, em formato presencial, devem acontecer em dia não útil e **em um único polo (São Paulo – Capital)**, de acordo com datas e critérios a serem fixados em edital prévio, nos termos do § 5º, do art. 20 da Resolução nº 07/2018.

b) **Tipos**

As provas deverão ser oferecidas **de acordo com os cargos efetivos que os servidores ocupam**, observadas as nomenclaturas vigentes e as alterações normativas aplicáveis.

Deverá haver, para cada cargo/área constante na lista de aptos do respectivo processo, prova compatível com o conteúdo programático e critérios definidos pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), incluindo, quando aplicável, diferenciação por eixos e pesos.

Para o cargo de Agente Educacional, quando constar da lista de aptos, a prova objetiva poderá ser unificada à prova do cargo de Auditor de Controle Externo – Administração, mediante formalização pela CTA antes da publicação do edital, em razão da compatibilidade das atribuições e do contexto de atuação administrativa.

Tratamento de quantitativo residual (cargos com poucos aptos): Caso haja cargo/área com quantitativo residual que inviabilize, por razoabilidade operacional, a elaboração de prova exclusiva, a CTA definirá, antes da publicação do edital, a forma de enquadramento (prova própria ou prova equivalente), devendo a Contratada adequar a execução conforme a definição formal do Contratante.

c) **Versões**

Para cada prova/cargo/área deverá haver, no mínimo, 3 (três) versões com 3 (três) gabaritos distintos, com ordem de questões e/ou alternativas embaralhadas, de modo a reforçar a segurança e mitigar riscos de fraude.

d) **Número de questões e tempo de duração**

- I. As provas objetivas para os cargos de **Auditor de Controle Externo** (nível superior) e **Técnico de Controle Externo** (nível médio) deverão ter **60 questões**, com tempo de duração de **180 (cento e oitenta) minutos**;
- II. A prova objetiva para o cargo de **Auxiliar da Fiscalização** (nível fundamental) deverá conter **30 questões**, com duração de **90 (noventa) minutos**.

**1.4. Do(s) local(is) de aplicação das provas**

As provas serão realizadas, em formato presencial, na cidade de São Paulo. A definição e reserva do(s) local(is) de prova ficará a cargo da Contratada, com apoio da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP, e submetida à aprovação prévia do Contratante, observado o disposto no item 1.4.1.

**1.4.1 Características exigidas**

O(s) local(is) de realização das provas, além de comportar a quantidade de inscritos de forma simultânea, deverá contar com:

- a) Sala especial para candidatos que alegarem convicção religiosa impeditiva do enfrentamento das provas no horário determinado pelo edital;
- b) Vias de acesso próprio para deficientes físicos;
- c) Condições ambientais e instalações que não impliquem desgaste físico ou mental ao candidato ou lhe prejudiquem a concentração;
- d) Estrutura de apoio para lactantes, incluindo sala reservada próxima à coordenação, conforme regras que constarem do edital do respectivo Processo de Promoção (ex.: necessidade de acompanhante adulto e acompanhamento por fiscal nos momentos de amamentação);

- e) Uma sala de apoio para o contratante;
- f) Serviço de atendimento médico de emergência;
- g) Localização de fácil acesso por meio de transporte público, preferencialmente a menos de 01 (um) quilômetro de estação de metrô, contado em trajeto realizado a pé;
- h) Salas climatizadas, preferencialmente com ar-condicionado.

### 1.5. Do Conteúdo programático

- a) A proposta de conteúdo programático a ser definida pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA) **deve ser tratada como preliminar**, na medida em que discussões com a banca contratada podem ajudar a melhor equilibrar os conteúdos entre os cargos e aprimorar a proposta final antes que esta seja divulgada aos servidores em edital.
- b) **Em relação à bibliografia indicada, deverão ser incluídos materiais desenvolvidos internamente pelo próprio TCESP**, como cartilhas e manuais, bem como conteúdos de livre e gratuito acesso oferecidos por entidades como a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.
- c) Para elaboração das provas, a **Contratada deverá acessar e estudar os materiais sugeridos no conteúdo programático** definido pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), inclusive os materiais desenvolvidos internamente pelo TCESP.
- d) Como entregável mínimo, a Contratada deverá apresentar à CTA, previamente à publicação do edital, matriz de prova por cargo/área, contendo: (i) eixos temáticos, (ii) número de questões por eixo e (iii) pesos/valores por eixo, quando aplicável, para validação do equilíbrio entre conteúdos e aderência ao conteúdo programático aprovado.

### 1.6. Da avaliação dos títulos

A Contratada deverá avaliar os títulos selecionados e enviados pelos servidores por meio do sistema próprio do TCESP, conforme cronograma do respectivo Processo de Promoção, verificando a pertinência às atribuições do cargo e às áreas temáticas definidas pela CTA. Os critérios, áreas temáticas e regras de aceitação serão fornecidos pela CTA e refletidos em edital e/ou comunicado interno do TCESP, conforme aplicável.



Poderão ser apresentados para análise: comprovantes, certificados ou diplomas das seguintes categorias:

- Cursos de Graduação
  - Conclusão de curso de graduação, observada a habilitação exigida no edital de concurso, e com pertinência temática da área de atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, validada pelo Conselho Orientador Didático Pedagógico da Escola Paulista de Contas Públicas, que se refere a Resolução nº 09/2025
- Cursos de Mestrado e/ou Doutorado
  - Conclusão de curso de mestrado e/ou doutorado, com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas de duração, com pertinência temática da área de atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, validada pelo Conselho Orientador Didático Pedagógico da Escola Paulista de Contas Públicas, que se refere a Resolução nº 09/2025
- Cursos de Pós-graduação - lato sensu
  - Conclusão de curso de pós-graduação – lato sensu, com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas de duração, com pertinência temática da área de atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, validada pelo Conselho Orientador Didático Pedagógico da Escola Paulista de Contas Públicas, que se refere a Resolução nº 09/2025
- Cursos de Extensão
  - Conclusão de curso de extensão, com no mínimo 30 (trinta) horas de duração e pertinência temática relacionada com a área de atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme validação do Conselho Orientador Didático Pedagógico da Escola Paulista de Contas Públicas, a que se refere a Resolução nº 09/2025, ocorridos nos últimos 5 anos
- Cursos ou palestras ministrados no interesse do TCESP validados pela EPCP ou chefia

Após a avaliação final dos títulos, a Contratada deverá encaminhar ao TCESP relatório estruturado com o resultado por título e por servidor, em formato compatível para carga/integração nos sistemas do TCESP. A forma, layout e meio de transmissão serão definidos em conjunto com o Contratante (CTA/área técnica).

## 2. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Vigência de 13 (treze) meses, automaticamente prorrogável até que o objeto do contrato seja plenamente cumprido.

## 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (PRELIMINAR – DOE-TCESP):

- 3.1.** O cronograma abaixo apresenta marcos estimados em D+X para a execução contratual, tendo sido elaborado com base nos cronogramas preliminares disponibilizados no DOE-TCESP em 08/05/2026 (publicados em 11/05/2026), podendo sofrer ajustes devidamente justificados, conforme as condições da contratação e as intercorrências administrativas ou judiciais que vierem a ocorrer. Para fins deste cronograma, considera-se “D” a data de emissão da autorização para início dos serviços pelo Contratante:

TAREFA	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
<b>Fase 1 – Ações Preliminares e Formais</b>			
Autorização para Início dos Serviços	Diretoria de Contratos e Projetos (DCP)	D	D
Reunião Kick-off (esclarecer dúvidas, validar objetivos, prazos etc.)	Comissão Técnica de Avaliação – CTA, Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP e Contratada	D+3	D+4
<b>Fase 2 – Promoção 2025 – Preparatória da Aplicação da Prova</b>			
Envio da lista de aptos para a banca	DGP e CTA	D+3	D+4
Fechamento do cronograma definitivo*	CTA e Contratada	D+3	D+14
Definição do conteúdo programático, bibliografia indicada e critérios para a prova (reuniões com CTA)	Contratada e CTA	D+7	D+18
Elaboração da matriz de prova por cargo/área (eixos temáticos, nº de questões e pesos)	Contratada	D+7	D+18
Elaboração do Edital de Abertura das Inscrições	Contratada	D+7	D+18
Publicação do Cronograma Definitivo*, Lista de Aptos e Edital de abertura das inscrições	Contratada, DGA/DGP e CTA	D+20	D+20

TAREFA	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
Período de inscrições no site da banca	Contratada	D+20	D+48
Recebimento e análise de pedidos de condições especiais/ajudas técnicas	Contratada e CTA	D+20	D+48
Divulgação do deferimento de inscrições e de solicitações de condições especiais/ajudas técnicas	Contratada	D+48	D+55
Prazo de recursos contra o deferimento das inscrições (5 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação)	Contratada e CTA	1º dia útil subsequente à divulgação	5º dia útil subsequente à divulgação
Elaboração das provas objetivas (mín. 3 versões/gabaritos por cargo/área)	Contratada	D+21	D+103
Definição e aprovação do local de aplicação das provas em São Paulo – Capital	Contratada e CTA	D+10	D+83
Divulgação dos locais e horário das provas (com mín. 30 dias de antecedência)	Contratada	D+83	D+83
<b>Fase 3 – Promoção 2025 – Aplicação da Prova</b>			
Aplicação da Prova Objetiva – formato presencial, dia não útil, São Paulo – Capital	Contratada	D+113	D+113
Divulgação dos gabaritos preliminares e cadernos de questões	Contratada	D+114	D+114
Publicação do edital relativo aos gabaritos preliminares e cadernos no DOE-TCESP	Contratada e CTA	D+116	D+116
Prazo para interposição de recursos quanto ao gabarito preliminar e cadernos (5 dias úteis a partir da publicação do edital)	Contratada	1º dia útil subsequente à publicação do edital	5º dia útil subsequente à publicação do edital
Prazo para resposta dos recursos	Contratada	D+124	D+143
Divulgação do resultado pós-recursos da prova e gabarito definitivo	Contratada	D+145	D+145
<b>Fase 4 – Promoção 2025 – Avaliação de Títulos</b>			
Período de cadastro e envio de títulos pelos servidores no sistema do TCESP	CTA e DSIS	D+114	D+122
Avaliação preliminar dos títulos pela banca examinadora	Contratada	D+114	D+139
Encaminhamento das avaliações preliminares ao Contratante (CTA) para validação	Contratada	D+140	D+140
Divulgação do resultado pós-recursos da avaliação dos títulos	Contratada	D+145	D+145
Entrega do relatório estruturado da avaliação dos títulos (por título e por servidor) para integração nos sistemas do TCESP	Contratada	D+145	D+145
Publicação do Resultado Final do Processo de Promoção 2025	DGP	D+167	D+167
Prazo de interposição de recursos em face do Resultado Final (5 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação, em sistema próprio do TCESP)	DGP e DSIS	1º dia útil subsequente à publicação	5º dia útil subsequente à publicação

TAREFA	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
Publicação do Resultado dos Recursos, Resultado Final Definitivo, Apostilas e Homologação	DGA/DGP, CAJ (Comissão de Avaliação e Julgamento) e GP	D+216	D+216
<b>Fase 5 – Promoção 2025 – Ajustes Finais</b>			
Elaboração do relatório final consolidado (Promoção 2025)	Contratada	D+146	D+165
Homologação do Processo de Promoção pelo Presidente do TCESP	Presidência	D+216	D+216
Avaliação da execução para subsidiar melhorias na Promoção 2026	Contratada e CTA	D+165	D+167
<b>Fase 6 – Promoção 2026 – Preparatória da Aplicação da Prova</b>			
Envio da lista de aptos para a banca	DGP e CTA	D+160	D+160
Fechamento do cronograma definitivo**	CTA e Contratada	D+160	D+165
Definição/ajuste do conteúdo programático, bibliografia e critérios para a prova (reuniões com CTA)	Contratada e CTA	D+145	D+155
Elaboração da matriz de prova por cargo/área (eixos, nº de questões e pesos)	Contratada	D+155	D+165
Elaboração do Edital de Abertura das Inscrições	Contratada	D+160	D+165
Publicação do Cronograma Definitivo**, Lista de Aptos e Edital de abertura das inscrições	Contratada, DGA/DGP e CTA	D+167	D+167
Período de inscrições no site da banca	Contratada	D+167	D+221
Recebimento e análise de pedidos de condições especiais/ajudas técnicas	Contratada e CTA	D+167	D+221
Divulgação do deferimento de inscrições e de solicitações de condições especiais/ajudas técnicas	Contratada	D+230	D+230
Prazo de recursos contra o deferimento das inscrições (5 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação)	Contratada e CTA	1º dia útil subsequente à publicação	5º dia útil subsequente à publicação
Elaboração das provas objetivas (mín. 3 versões/gabaritos por cargo/área)	Contratada	D+166	D+260
Definição e aprovação do local de aplicação das provas em São Paulo – Capital	Contratada e CTA	D+170	D+235
Divulgação dos locais e horário das provas (com mín. 30 dias de antecedência)	Contratada	D+236	D+236
<b>Fase 7 – Promoção 2026 – Aplicação da Prova</b>			
Aplicação da Prova Objetiva – formato presencial, dia não útil, São Paulo – Capital	Contratada	D+267	D+267
Divulgação dos gabaritos preliminares e cadernos de questões	Contratada	D+268	D+268
Publicação do edital relativo aos gabaritos preliminares e cadernos no DOE-TCESP	Contratada e CTA	D+270	D+270

TAREFA	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
Prazo para interposição de recursos quanto ao gabarito preliminar e cadernos (5 dias úteis a partir da publicação do edital)	Contratada	1º dia útil subsequente à publicação do edital	5º dia útil subsequente à publicação do edital
Prazo para resposta dos recursos	Contratada	D+278	D+295
Divulgação do resultado pós-recursos da prova e gabarito definitivo	Contratada	D+297	D+297
<b>Fase 8 – Promoção 2026 – Avaliação de Títulos</b>			
Período de cadastro e envio de títulos pelos servidores no sistema do TCESP	CTA e DSIS	D+268	D+276
Avaliação preliminar dos títulos pela banca examinadora	Contratada	D+268	D+295
Encaminhamento das avaliações preliminares ao Contratante (CTA) para validação	Contratada	D+296	D+296
Divulgação do resultado pós-recursos da avaliação dos títulos	Contratada	D+297	D+297
Entrega do relatório estruturado da avaliação dos títulos (por título e por servidor) para integração nos sistemas do TCESP	Contratada	D+297	D+297
Publicação do Resultado Final do Processo de Promoção 2026	DGP	D+321	D+321
Prazo de interposição de recursos em face do Resultado Final (5 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação, em sistema próprio do TCESP)	DGP e DSIS	1º dia útil subsequente à publicação	5º dia útil subsequente à publicação
Publicação do Resultado dos Recursos, Resultado Final Definitivo, Apostilas e Homologação	DGA/DGP, CAJ (Comissão de Avaliação e Julgamento) e GP	D+354	D+354
<b>Fase 9 – Encerramento do Contrato</b>			
Elaboração do relatório final consolidado (Promoções 2025 e 2026)	Contratada	D+321	D+350
Homologação do Processo de Promoção 2026 pelo Presidente do TCESP	Presidência	D+354	D+354
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços	CTA	D+369	D+369

**Nota:**

\* **Promoção 2025:** a publicação do Cronograma Definitivo fica condicionada à contratação e à emissão de autorização para início das atividades da empresa especializada responsável pela elaboração e aplicação da prova objetiva, podendo haver alteração das datas previstas.

\*\* **Promoção 2026:** A publicação do Cronograma Definitivo, da Lista de Aptos e do Edital de abertura das inscrições da Promoção 2026 fica condicionada à publicação do Resultado Final da Promoção 2025, nos termos do DOE-TCESP.

As etapas preparatórias da Promoção 2026 poderão ser iniciadas previamente, desde que não dependam da divulgação do resultado final, do julgamento dos recursos finais ou da homologação da Promoção 2025. A publicação oficial da Promoção 2026 poderá ocorrer na mesma data da publicação do Resultado Final da Promoção 2025, independentemente da homologação, ressalvada superveniência de decisão judicial ou administrativa com efeito suspensivo.

- 3.2. Em caso de ação judicial ou administrativa com efeito suspensivo, o cronograma será ajustado, no intuito de preservar os prazos de cada etapa previstos neste Termo de Referência.

#### 4. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DATA DE APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

- 4.1. Tendo em vista o conjunto de temas propostos e o volume de carga horária total, **o edital** que estabelece o conteúdo programático e os critérios para a prova **deverá ser publicado com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência em relação à data de realização da prova objetiva.**

**Observação:** as datas preliminares publicadas no DOE-TCESP para os Processos de Promoção de 2025 e 2026 atendem ao requisito de antecedência mínima de 90 (noventa) dias aqui previsto, sem prejuízo de ajustes condicionados nos termos do próprio DOE.

- 4.2. O conteúdo programático da Promoção 2026 poderá ser ajustado a partir da divulgação do resultado pós-recursos da prova objetiva e da avaliação dos títulos da Promoção 2025.

#### 5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Designar Comissão de Fiscalização para fiscalizar a execução do Contrato;
- 5.2. Indicar Comissão Técnica de Avaliação (CTA) para apropriada gestão dos assuntos relacionados ao Processo de Promoção;
- 5.3. Divulgar o certame aos potenciais candidatos por intermédio de seus meios de comunicação;
- 5.4. Disponibilizar em site próprio da intranet todas as informações pertinentes, tais como: datas, horários, informativos etc.;



- 5.5. Efetivar as publicações oficiais, inclusive editais e comunicados pertinentes, conforme arquivos formatados que serão fornecidos pela Contratada e previamente aprovados pelo Contratante;
- 5.6. Disponibilizar à Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços;
- 5.7. Notificar a empresa/instituição contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 5.8. Atuar conjuntamente com a Contratada para definição e estabelecimento das apropriadas normas e método de avaliação, definição do quantitativo de itens por prova, especificação de tempo para sua aplicação e outros aspectos importantes para o sucesso do projeto, considerando a expertise da Contratada e as linhas gerais já determinadas ou sugeridas neste documento;
- 5.9. Aprovar o local de prova apresentado pela Contratada na cidade de São Paulo, considerando o indicado no item 1.4 deste Termo de Referência;
- 5.10. Prestar assessoria quanto às informações pertinentes à elaboração dos documentos, a fim de que se coadunem com os interesses e exigências legais atinentes à matéria;
- 5.11. Validar cada uma das fases do projeto;
- 5.12. Após análise pela banca examinadora da Contratada, receber para ciência as respostas aos recursos interpostos;
- 5.13. Divulgar os resultados e homologar o certame.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Possuir *site* próprio na *internet*, com **certificação de segurança digital** que assegure a preservação, integridade, inviolabilidade e auditoria dos dados para o processamento de todas as etapas do objeto deste Termo de Referência;

- 6.2. Garantir que o **parque computacional** utilizado na execução do objeto seja dotado de mecanismos que garantam segurança, integridade, inviolabilidade e auditoria dos dados, para a elaboração do caderno de provas, correção das questões e processamento das demais etapas do processo;
- 6.3. Garantir que o **parque gráfico** utilizado na execução do objeto seja dotado de mecanismos que garantam segurança na produção dos cadernos de prova e seja monitorado ininterruptamente por circuito interno de TV, com controle de acesso biométrico e possibilidade de emissão de relatório de acesso;
- 6.4. Viabilizar as **inscrições online no site**, conforme informações transmitidas pelo Contratante sobre os potenciais candidatos;
- 6.5. Disponibilizar no *site* todas as informações pertinentes, tais como: datas, horários, informativos, comprovantes de inscrição, fichas de inscrição etc.;
- 6.6. Disponibilizar serviço de **Atendimento ao Candidato** para a prestação de informações e esclarecimento de dúvidas (local, horário de provas, dúvidas sobre inscrição, prazos etc.), a serem dirimidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 6.7. **Formar cadastro geral de inscritos e repassar, por meio de relatórios**, as informações coletadas (número de inscritos, inscrições deferidas, indeferidas e número de provas por cargo) ao Contratante no mínimo semanalmente, a partir do início das inscrições, e um relatório consolidado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas do término das inscrições;
- 6.8. Elaborar e fornecer os **arquivos formatados das publicações** oficiais a serem efetivadas pelo Contratante mediante prévia aprovação deste;
- 6.9. **Elaborar os Editais**;
- 6.10. **Elaborar, avaliar e revisar as Provas** descritas neste Termo de Referência por meio de **Bancas Examinadoras compostas por profissionais especializados** no conteúdo da matéria;
- 6.11. Ajustar as questões já elaboradas nos casos de retificação do conteúdo programático constante no edital;
- 6.12. Prezar **para que as provas tenham o objetivo de avaliar as competências** essenciais para o exercício de cada um dos cargos;

- 6.13. Viabilizar a impressão de provas em formatos específicos (exemplo: impressão de prova ampliada) a fim de atender eventuais portadores de necessidades especiais;
- 6.14. **Imprimir, montar, conferir, acondicionar e lacrar os cadernos** de questões em quantidades suficientes para atender ao número de candidatos inscritos, empregando, para tanto, **métodos de segurança** contra fraudes;
- 6.15. **Providenciar todos os impressos e materiais necessários à aplicação das provas**, tais como: crachás, listas, formulários, atas, comprovantes de qualquer natureza, setas indicativas e sinalizações em geral, indicação de sanitários, folhas de provas, folhas de respostas etc.;
- 6.16. **Coordenar o Projeto** de forma conjunta com o Contratante, para definição dos aspectos importantes para o sucesso da execução, considerando a expertise da Contratada e as linhas gerais já determinadas ou sugeridas neste documento;
- 6.17. **Apresentar o local de prova** indicado no item 1.4 deste Termo de Referência, e submetê-lo à aprovação do Contratante;
- 6.18. Após a aprovação do local de prova pelo contratante, **tomar todas as providências para disponibilizar os referidos locais** para a realização das provas objetivas na data e horários estabelecidos no cronograma de execução;
- 6.19. Contar com sistema eletrônico para interposição de recursos, com funcionalidades mínimas previstas neste Termo de Referência e no edital do respectivo Processo de Promoção, incluindo protocolo, anexação de arquivos e disponibilização de respostas ao candidato;
- 6.20. **Receber os recursos** interpostos dentro do prazo estipulado em edital;
- 6.21. Dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do processo de promoção e nas demandas posteriores a sua realização, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos candidatos, análise de recursos e demais documentos necessários;
- 6.22. **Submeter à banca examinadora os recursos interpostos**, encaminhando as respostas ao Contratante (CTA - Comissão Técnica de Avaliação) para ciência e **disponibilizar no site próprio, no sistema de “interposição de recursos e visualização de respostas”**;

- 6.23.** Encaminhar ao TCESP, no dia útil subsequente à aplicação das provas, o envio dos gabaritos e de exemplares dos cadernos de questões;
- 6.24. Emitir as listagens de resultados** das provas e encaminhá-las ao Contratante em mídia digital;
- 6.25.** Divulgar os gabaritos no dia subsequente à aplicação das provas;
- 6.26.** Preparar as instalações destinadas à aplicação das provas, o que inclui, entre outras providências de praxe:
- a) verificação do número de cadeiras, se são suficientes para atender aos candidatos;
  - b) a sinalização dos prédios, para que fiquem adequadas à aplicação das provas;
  - c) **a separação e organização de todo o material de sala**, tais como: envelopes de provas e folhas de respostas personalizadas; lista de presença (que já se encontra dentro do envelope de folhas de respostas objetivas); materiais para acondicionamento de objetos pessoais (com características que resguardem o sigilo – opacidade); crachás etc.
- 6.27. Ministrar treinamento** a toda a equipe envolvida nas fases do projeto;
- 6.28. Transportar e treinar os Coordenadores** e a equipe de trabalho na garantia do bom desempenho, segurança e sigilo;
- 6.29. Arcar com todas as despesas diretas** e indiretas envolvidas na execução dos serviços;
- 6.30.** Diligenciar junto às concessionárias de energia elétrica abastecimento de água, transporte público, trânsito e segurança para que os respectivos serviços sejam mantidos no dia da aplicação das provas;
- 6.31.** Disponibilizar equipe de, no mínimo:
- a) 01 (um) Coordenador Geral;
  - b) 01 (um) Coordenador de polo;
  - c) Auxiliares de Coordenação em número suficiente para a apropriada execução do objeto do contrato;

- d) 01 (um) fiscal para cada 40 candidatos, sendo, no mínimo de 02 (dois) fiscais por sala (independentemente do número de candidatos em sala);
  - e) Fiscais volantes para acompanhamento dos candidatos ao banheiro, munidos com detector de metais, em número suficiente, no local de prova;
  - f) 01 (um) segurança no local de prova;
  - g) 02 (dois) Auxiliares de limpeza para, entre outras atribuições, verificação constante dos banheiros e lixeiras no local de prova;
  - h) 01 (um) Bombeiro Civil no local de prova;
  - i) 01 (um) Porteiro no local de prova.
- 6.32.** Abrir os portões, coordenar e fiscalizar o fluxo de entrada dos candidatos, prezando para a regularidade e segurança dos candidatos e equipes de trabalho;
- 6.33.** Manter a fiscalização do prédio com ajuda dos auxiliares de coordenação e fiscais volantes;
- 6.34.** Apresentar, para aprovação da Comissão Técnica de Avaliação, plano detalhado de Segurança Antifraude que conte, no mínimo, com os seguintes itens:
- 6.34.1.** Garantia de sigilo, envelopamento das provas e acondicionamento em malotes lacrados com fechos de segurança invioláveis e lacres especiais, a serem apresentados à Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e à Comissão de Fiscalização do Contrato para aprovação durante a fase de elaboração do cronograma do evento;
  - 6.34.2.** Impressão e grampeamento das provas automatizado, digitalização, interpretação das imagens e documentos escaneados pela própria máquina com absoluto sigilo;
  - 6.34.3.** Transporte dos cadernos de questões, folhas de respostas e demais materiais de suporte para aplicação das provas, após impressão, empacotamento e lacre, em veículo próprio da Contratada até os locais de aplicação, por membros devidamente treinados, que definirão as estratégias de transporte e de distribuição das provas, garantindo as devidas condições de segurança;

- 6.34.4.** Registro em Ata de todos os membros da equipe que atuarem nas fases do processo;
- 6.34.5.** Correção das provas por meio de processamento eletrônico (leitura ótica), sem interferência humana;
- 6.34.6.** Produção de Folhas Óticas de Respostas personalizadas que deverão ser assinadas e preenchidas à tinta pelos candidatos, das quais constem os seguintes dados: Número de inscrição, nome do candidato, tipo de gabarito, número do documento de identidade e local da realização da prova;
- 6.34.7.** Diversificação de gabaritos (ao menos 3 gabaritos por prova);
- 6.34.8.** Emprego de detector de metais na entrada dos sanitários e salas de provas;
- 6.34.9.** Vedação ao uso de equipamentos eletrônicos pelos candidatos durante a aplicação da prova;
- 6.34.10.** Vedação ao uso de acessórios de chapelaria (boné, chapéu, gorro etc.) no interior das salas onde serão aplicadas as provas;
- 6.34.11.** Utilização de sacos plásticos opacos seguros para acondicionamento dos celulares ou outros equipamentos eletrônicos dos candidatos;
- 6.34.12.** Vedação de manutenção pelos candidatos de cadernos, livros e outros materiais de consulta, mesmo que não tenham relação com o objeto da prova;
- 6.34.13.** Vedação de comunicação entre os candidatos durante o período de aplicação da prova;
- 6.34.14.** Vedação de comunicação dos candidatos com o meio externo durante o período de aplicação da prova;
- 6.34.15.** Registro em Ata de todas as ocorrências havidas em cada uma das salas de prova (ata de abertura, ata de aplicação, ata de ocorrência);
- 6.34.16.** Aplicação simultânea de todas as provas;
- 6.34.17.** Proibição de consulta a qualquer tipo de material;



- 6.34.18.** Exigência de apresentação de documentos oficiais de identificação com foto atualizada para autorização, pelo fiscal de sala, de ingresso do candidato na sala de realização das provas.
- 6.34.19.** Vedação da entrada em sala de candidatos que não constem da lista de presença e/ou não se identifiquem mediante apresentação de um dos seguintes documentos com foto, dentro do prazo de validade e que permita, com clareza, a sua identificação:
- a) Cédula Oficial de Identidade;
  - b) Carteira e/ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores;
  - c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
  - d) Certificado de Reservista;
  - e) Passaporte;
  - f) Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CREA etc.);
  - g) Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei n.º 9.503/97);
  - h) CNH digital ou RG digital, desde que apresentados nos respectivos aplicativos oficiais, na presença do fiscal e no ato de identificação, sendo o acesso à internet e ao aplicativo de responsabilidade do candidato.
- 6.34.20.** Vedação da apresentação de fotocópia autenticada do documento de identidade;
- 6.34.21.** Vedação de realização da prova por candidato que não porte documento oficial de identificação original com foto, ressalvadas as hipóteses previstas em edital, inclusive a apresentação de boletim de ocorrência expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de aplicação da prova, com adoção de identificação especial, quando aplicável;
- 6.34.22.** Para os casos de documentos originais danificados ou de apresentação de boletim de ocorrência dentro do prazo acima, o

coordenador deverá preencher o formulário de identificação para documento inadequado;

**6.34.23.** Exigência de tempo mínimo de permanência do candidato na sala de aplicação de prova;

**6.34.24.** Vedação de saída definitiva do candidato antes de transcorridos:

- a) 60 (sessenta) minutos do início da prova, para cargos com prova de 90 (noventa) minutos; e
- b) 90 (noventa) minutos do início da prova, para cargos com prova de 180 (cento e oitenta) minutos, podendo o candidato levar o caderno de questões somente após transcorrido o tempo mínimo previsto para o respectivo cargo, conforme regras do edital.

**6.34.25.** Vedação de saída do candidato da sala de prova sem autorização e acompanhamento do fiscal de sala, salvo se a saída for definitiva, ocasião em que o caderno de provas e a folha de respostas deverão ser entregues ao fiscal de sala.

**6.34.26.** Armazenamento seguro dos materiais, provas e folhas de respostas durante todas as fases do processo.

**6.35. Avaliar os títulos** selecionados e enviados pelos servidores por meio do sistema próprio do TCESP, dentro do prazo estipulado em edital;

**6.36. Submeter à banca examinadora os títulos**, encaminhando as avaliações preliminares ao Contratante (CTA - Comissão Técnica de Avaliação) para validação em sistema próprio;

**6.37. Submeter à banca examinadora os recursos interpostos no item acima**, encaminhando as respostas ao Contratante (CTA - Comissão Técnica de Avaliação) para ciência **e disponibilizar no site próprio, no sistema de “interposição de recursos e visualização de respostas”**;

**6.38.** A contratada deverá indicar **preposto** apto a representá-la perante o TCESP, durante a execução do contrato, recebendo as demandas apresentadas e zelando pelo adequado atendimento das obrigações assumidas;

**6.39.** A contratada se responsabilizará pela reaplicação das provas em casos de violação do sigilo ou da incomunicabilidade dos candidatos ou de acesso destes a informações sobre o conteúdo das provas, por quaisquer meios;

- 6.40.** A contratada responderá, em caso de culpa ou dolo, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às suas expensas as correspondentes despesas de serviços em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções durante e após a sua prestação;
- 6.41.** A Contratada responderá por todos os ônus, encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, comercial, securitária, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o objeto contratado, inclusive com relação aos seus empregados e prepostos;
- 6.42.** A contratada deverá zelar pelas condições de segurança e integridade física dos candidatos nos locais de prova durante a sua realização;
- 6.43.** A contratada deverá arcar com todas as despesas, incluindo custos diretos e indiretos, relativos à presente contratação;
- 6.44.** A contratada se responsabilizará por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, no caso de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados no desempenho de atividades relativas ao objeto desta contratação;
- 6.45.** A contratada não poderá sub-rogar a terceiros quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato.

## **7. EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES**

- 7.1.** O edital de abertura das inscrições estabelecerá entre outras disposições:
- a) as inscrições dos candidatos;
  - b) convocação para as provas;
  - c) convocação e instruções para apresentação dos títulos;
  - d) o conteúdo programático;
  - e) a aplicação das provas;
  - f) critérios de pontuação;
  - g) o julgamento;

- h) os recursos;
- i) os resultados;
- j) o cronograma.

**7.2.** Os locais de provas, datas e horários devem ser divulgados pela Contratada com pelo menos 30 dias de antecedência.

## **8. DA GUARDA DO MATERIAL**

- 8.1.** A Contratada deverá guardar o material relativo às provas em questão pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da finalização do processo;
- 8.2.** Caso os materiais sejam solicitados antes do vencimento, as referidas folhas e os documentos serão disponibilizados para retirada pelo Contratante;
- 8.3.** Caso o Contratante não manifeste interesse em retirar os materiais citados até o prazo de sua validade, a Contratada poderá descartá-los de forma ecológica, após prévia notificação e consulta;
- 8.4.** O descarte do material deverá salvaguardar a proteção de dados dos servidores, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.
- 8.5.** A Contratada deverá manter registro auditável do procedimento de descarte (data, método e responsável), preservando a confidencialidade e a proteção de dados pessoais.

## **9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO:**

- 9.1.** Será permitida a subcontratação das atividades de apoio operacional à execução do objeto, especialmente do parque gráfico, do parque computacional, da logística de aplicação e das equipes de apoio à aplicação das provas, desde que previamente autorizada pelo Contratante.
- 9.2.** É vedada a subcontratação das atividades de organização técnica do certame, da elaboração, revisão e validação das questões, da definição da matriz de prova, da correção técnica das provas e da análise de recursos;

- 9.3. A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da Comissão de Fiscalização os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados;
- 9.4. Este Tribunal de Contas não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.
- 9.5. O valor acordado para pagamento será transferido à Contratada nas seguintes condições (marcos de aceite):

#### **Processo de Promoção 2025**

- a) 15% – após aprovação, pelo Contratante, do edital de abertura das inscrições e da matriz de prova (eixos/quantidade de questões/pesos), quando aplicável;
- b) 15% – após a aplicação da prova objetiva e a disponibilização dos gabaritos preliminares e cadernos de questões;
- c) 10% – após a conclusão da fase recursal da prova objetiva, com disponibilização do gabarito definitivo e dos espelhos/cartões-resposta, quando previstos;
- d) 10% – após a conclusão da avaliação de títulos do processo de 2025 e entrega dos relatórios/arquivos necessários para alimentação dos sistemas do TCESP.

#### **Processo de Promoção 2026**

- e) 15% – após aprovação, pelo Contratante, do edital de abertura das inscrições e da matriz de prova (eixos/quantidade de questões/pesos), quando aplicável;
- f) 15% – após a aplicação da prova objetiva e a disponibilização dos gabaritos preliminares e cadernos de questões;
- g) 10% – após a conclusão da fase recursal da prova objetiva e da avaliação de títulos do processo de 2026, com entrega de todos os relatórios/arquivos correspondentes;

### **Encerramento**

h) 10% – após entrega do relatório final consolidado (2025 e 2026) e emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.

## **10. PETIÇÕES, RECURSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS:**

**10.1.** Caberá a Contratada receber e analisar eventuais petições, recursos administrativos ou judiciais por parte dos candidatos ou de terceiros, assim como elaborar e encaminhar ao Contratante subsídios de fato e de direito necessários à apresentação de respostas às ações judiciais e aos requerimentos administrativos propostos contra a mesma, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento, ressalvadas as ações judiciais que exigirem prazo inferior;

**10.2.** As instruções do edital de abertura deverão disciplinar os procedimentos e prazos para a interposição de recursos administrativos relativos a todas as etapas da prova objetiva;

**10.3.** A empresa/instituição promotora da prova objetiva deverá disponibilizar, sem prejuízo de outros meios que julgar pertinentes, sistema de elaboração de recursos pela internet, que permita ao candidato redigir e enviar seu recurso, com a funcionalidade de anexar arquivos magnéticos de texto ou figuras;

**10.3.1.** Ao candidato que impetrar recurso deverá ser fornecido um número de protocolo;

**10.4.** A resposta ao recurso do candidato deverá conter justificativa clara e objetiva, em relação aos principais argumentos utilizados pelo candidato recorrente, com fundamentação técnica da razão de provimento ou rejeição dos recursos;

**10.5.** A decisão que anular ou alterar gabarito acarretará novo cálculo da nota de todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem recorrido da questão;

**10.6.** Deverão ser anuladas as questões:

- a) de múltipla escolha com nenhuma ou mais de uma resposta;
- b) com enunciado redigido de maneira obscura ou dúbia;



- c) com erro gramatical substancial, desde que tal erro possa induzir o candidato a erro em sua resposta;
- d) que exigem conteúdo programático não previsto no edital.

## 11. EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

**11.1. Qualificação Técnico-operacional:** experiência da empresa/instituição na realização de Concurso ou Processo Seletivo congêneres de nível Superior e Médio para, no mínimo, 123 (cento e vinte três) candidatos, com provas simultâneas em múltiplas salas e/ou prédios, na modalidade presencial, admitindo-se realização em uma ou mais cidades, a ser comprovada por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de participação na execução satisfatória dos referidos trabalhos, necessariamente em nome da licitante, expedidos pela pessoa jurídica de direito público ou privado que contratou os serviços, admitindo-se o somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões que a proponente apresentar.

### 11.2. Experiência Profissional/Formação acadêmica (Equipe Técnica):

**11.2.1.** 01 (um) **Coordenador Geral**, com experiência na coordenação de trabalhos na realização de concursos públicos, processos seletivos ou de vestibulares ou similares para o setor público ou privado, com aplicação simultânea em múltiplas salas e/ou prédios;

**11.2.2.** Banca **Examinadora** com, no mínimo, 02 (dois) profissionais com experiência em realização de concursos públicos, processos seletivos ou de vestibulares ou similares para o setor público ou privado, com titulação mínima de:

- a) Um(a) doutor(a);
- b) Um(a) mestre.

**11.2.3.** A experiência dos profissionais **deverá** ser comprovada por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Prestação de Serviços, regida pela legislação civil comum, ou Estatuto Social que conste o profissional como integrante do quadro social de empresa/instituição especializada;

**11.2.3.1.** A experiência dos profissionais é de caráter pessoal, portanto, não precisa ser vinculada à licitante;

**11.2.4.** A empresa vencedora deverá comprovar, na data da assinatura do contrato, que possui os profissionais que atendem à experiência profissional/formação acadêmica exigida, mediante vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou integração ao quadro social da empresa/instituição, conforme conste do respectivo ato constitutivo;

**11.2.4.1.** A Contratada fica obrigada a garantir que os profissionais indicados para compor a banca examinadora realizem, pessoal e diretamente, a elaboração e correção das provas objetivas, admitindo-se durante a execução do contrato, a substituição desses profissionais por outros de experiência e graduação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação do Contratante;

**11.2.5.** A titulação acadêmica deverá ser comprovada por diploma devidamente registrado e expedido por instituição reconhecida pelo MEC ou documento formal expedido pela instituição de ensino responsável que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação.

## **12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**12.1.** Apresentar Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**12.2.** Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de três meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;

- 12.2.1.** Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável à espécie;
- 12.2.2.** No caso de empresa/instituição constituída há menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 12.2.3.** Como o prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril), para todas as empresas, inclusive aquelas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (lucro real ou presumido), ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício encerrado no ano imediatamente anterior ao da abertura da licitação;
- 12.2.4.** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo (Anexo A), de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, excluídas as parcelas já executadas, vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao do patrimônio líquido do licitante, que poderá ser atualizado na forma descrita no subitem 12.2, observados os seguintes requisitos:
- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social exigível na forma da lei;
  - b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas que demonstrem que a referida diferença não compromete a capacidade financeira da empresa;

- c) Tendo em vista a natureza explicativa e autodeclaratória do documento, poderão ser feitas diligências para asseverar a veracidade das informações;
- d) Cálculo referente a um doze avos dos contratos firmados para fins de elaboração da declaração de compromissos assumidos:

**Fórmula de cálculo:** 
$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

*Resultado deverá ser superior a 1.*

- e) Cálculo demonstrativo do valor da receita bruta discriminada na DRE em relação ao valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

**Fórmula de cálculo:**  
$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

*Resultado deverá ser menor que 10% (positivo ou negativo).*

**12.3.** As exigências das condições econômico-financeiras das licitantes, nesta contratação, se **justificam** em razão de:

- 12.3.1.** a Contratada precisará de recursos de curto prazo e de alta liquidez suficientes em seu ativo circulante para suportar as despesas necessárias à elaboração e toda organização da prova, tais como, serviços de apoio, compra de insumos, pagamento de fornecedores e do pessoal técnico, de forma a compatibilizar o fluxograma financeiro da empresa/instituição com o cronograma de pagamentos constante do item 9 deste Termo de Referência;
- 12.3.2.** a apresentação, pela licitante, dos compromissos assumidos, vigentes na data da apresentação da proposta, busca aferir se não há comprometimento ou diminuição de sua capacidade operacional e/ou disponibilidade financeira, que possa afetar a execução do contrato;
- 12.3.3.** as justificativas em relação à alínea “b” do subitem 12.2.4 podem ocorrer devido a defasagem temporal do último DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício (Receita Bruta) e a data de apresentação da proposta, em razão de contratos

encerrados ou cancelados, iniciados, repactuados, aditivos, reajustes etc.

### 13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**13.1.** As operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito desta contratação ocorrerão conforme a legislação brasileira de proteção de dados pessoais vigente e aplicável e outras leis e normas correlatas, especialmente Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de dados);

**13.1.1.** A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da legislação aplicável;

**13.1.2.** A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso, para fins **distintos** da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

**13.1.3.** A coleta de dados pessoais será realizada após prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela sua obtenção e gestão.

### 14. IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**14.1.** Devem ser observadas as vedações estabelecidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

1.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **Comissão de Fiscalização**, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### 2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (COMPLEMENTAÇÃO)

#### Críticos de medição

2.1 Após o término de cada etapa prevista no item 9.5 do Termo de Referência, o CONTRATANTE emitirá o respectivo Termo de Aceite no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, caso não seja observada qualquer irregularidade.

2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de



2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.4 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Crítérios de Pagamento**

2.6 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do **CONTRATANTE**, no prazo de **15** (quinze) **dias corridos**, contados da emissão dos Termos de Aceite, mediante depósito em conta corrente em nome da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S.A., desde que a correspondente nota fiscal/fatura tenha sido emitida sem incorreções.

2.7 Não será iniciada a contagem de prazo para pagamento, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções ou irregularidades, sendo de **2** (dois) **dias**, a contar da comunicação pela **Comissão de Fiscalização**, o prazo para sua regularização.

2.7.1 Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

2.8 A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

2.9 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

2.10 Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – **CADIN ESTADUAL**”.

2.11 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

2.12 Não serão consideradas como atraso no pagamento as retenções efetuadas em virtude da aplicação da Resolução TCESP nº 11, de 1º de dezembro de 2023.

### 3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

3.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

#### Regime de execução

3.2 O regime de execução do contrato será a **empreitada por preço global**.

#### Exigências de habilitação

3.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

3.4 **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

3.5 **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.6 **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.7 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.8 **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

3.9 **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

3.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

3.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

3.16 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.17 Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

3.20 A comprovação deverá ser realizada nos termos previstos no item 12 do Termo de Referência:

3.20.1 Apresentar Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

3.20.2 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de três meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;

3.20.2.1 Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável à espécie;

3.20.2.2 No caso de empresa/instituição constituída há menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

3.20.2.3 Como o prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril), para todas as empresas, inclusive aquelas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (lucro real ou presumido), ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício encerrado no ano imediatamente anterior ao da abertura da licitação;

3.20.2.4 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo (Anexo A), de que **um doze avos** dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, excluídas as parcelas já executadas, vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao do patrimônio líquido do licitante, que poderá ser atualizado na forma descrita no subitem 3.20.2, observados os seguintes requisitos:

a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social exigível na forma da lei;

- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas que demonstrem que a referida diferença não compromete a capacidade financeira da empresa;
- c) Tendo em vista a natureza explicativa e autodeclaratória do documento, poderão ser feitas diligências para asseverar a veracidade das informações;
- d) Cálculo referente a um doze avos dos contratos firmados para fins de elaboração da declaração de compromissos assumidos:

**Fórmula de cálculo:** 
$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

*Resultado deverá ser superior a 1.*

- e) Cálculo demonstrativo do valor da receita bruta discriminada na DRE em relação ao valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

**Fórmula de cálculo:**  
$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

*Resultado deverá ser menor que 10% (positivo ou negativo).*

3.20.3 As exigências das condições econômico-financeiras das licitantes, nesta contratação, se **justificam** em razão de:

3.20.3.1 a Contratada precisará de recursos de curto prazo e de alta liquidez suficientes em seu ativo circulante para suportar as despesas necessárias à elaboração e toda organização da prova, tais como, serviços de apoio, compra de insumos, pagamento de fornecedores e do pessoal técnico, de forma a compatibilizar o fluxograma financeiro da empresa/instituição com o cronograma de pagamentos constante do item 9 deste Termo de Referência;

3.20.3.2 a apresentação, pela licitante, dos compromissos assumidos, vigentes na data da apresentação da proposta, busca aferir se não há comprometimento ou diminuição de sua capacidade operacional e/ou disponibilidade financeira, que possa afetar a execução do contrato;

3.20.3.3 as justificativas em relação à alínea “b” do subitem 3.20.2.4 podem ocorrer devido a defasagem temporal do último DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício (Receita Bruta) e a data de apresentação da proposta,

em razão de contratos encerrados ou cancelados, iniciados, repactuados, aditivos, reajustes etc.

### **Qualificação Técnico-operacional**

3.21 A comprovação deverá ser realizada nos termos previstos no item 11.1 do Termo de Referência:

3.21.1 Qualificação Técnico-operacional: experiência da empresa/instituição na realização de Concurso ou Processo Seletivo congênere de nível Superior e Médio para, no mínimo, 123 (cento e vinte três) candidatos, com provas simultâneas em múltiplas salas e/ou prédios, na modalidade presencial, admitindo-se realização em uma ou mais cidades, a ser comprovada por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de participação na execução satisfatória dos referidos trabalhos, necessariamente em nome da licitante, expedidos pela pessoa jurídica de direito público ou privado que contratou os serviços, admitindo-se o somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões que a proponente apresentar.

## **4. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 A despesa total, estimada em **R\$ 120.849,12** (cento e vinte mil oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 01.032.0200.4821 – Elemento: 3.3.90.39.99.



**5. DESCRIÇÃO, CÓDIGO COMPRAS.GOV.BR, QUANTIDADE, VALOR REFERENCIAL E REDUÇÃO MÍNIMA**

Item	Descrição Resumida	Código CATSER (*)	Quantidade	Unidade	Preço Total Estimado (R\$)	Redução mínima entre lances (R\$)
Único	Contratação de empresa ou instituição especializada em planejamento, organização, aplicação e correção de provas objetivas e avaliação de títulos	10014	1	Unidade	120.849,12	900,00

*(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o Item CATSER mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergências entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer a estabelecida no Edital e seus anexos.*

**ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A  
INICIATIVA PRIVADA E/OU A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF)  
nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida  
em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e/ou a  
Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos

R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do emissor / representante legal

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

## ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

.....(denominação ou razão social), inscrito no CNPJ n.º....., com sede na..... n.º....., cidade....., Estado....., por intermédio do seu(s) representante(s) legal(is), Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e inscrito no CPF/MF sob o n.º....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua contratação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tanto em relação à instituição como aos seus dirigentes, não incidindo nas vedações aludidas no item 14 do Termo de Referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is)

## ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE SITE PRÓPRIO NA INTERNET COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL E PARQUE COMPUTACIONAL E GRÁFICO SEGUROS

.....(denominação ou razão social), inscrito no CNPJ n.º....., com sede na..... n.º....., cidade....., Estado....., por intermédio do seu(s) representante(s) legal (is), Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e inscrito no CPF/MF sob o n.º ....., DECLARA, sob as penas da lei, que possui site próprio na internet, com **certificação de segurança digital** que assegure a preservação, integridade, inviolabilidade e auditoria dos dados para o processamento de todas as etapas do objeto, bem como que o **parque computacional** utilizado na execução do objeto seja dotado de mecanismos que garantam segurança, integridade, inviolabilidade e auditoria dos dados, para a elaboração do caderno de provas, correção das questões e processamento das demais etapas do processo e que o **parque gráfico** utilizado na execução do objeto seja dotado de mecanismos que garantam segurança na produção dos cadernos de prova e seja monitorado ininterruptamente por circuito interno de TV, com controle de acesso biométrico e possibilidade de emissão de relatório de acesso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is)

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_/\_\_, CELEBRADO  
ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO E**

---

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 315, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 50.290.931/0001-40, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração, Senhor Carlos Eduardo Corrêa Malek, portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_, conforme delegação de competência fixada pela Resolução nº 01/1997, publicada no DOE-SP de 08/03/1997, e pela Resolução nº 21/2023, publicada no DOE-TCESP de 14/12/2023 e pela Resolução nº 9/2024 de 22/05/2024, bem como pelo Ato nº 1.917/2015, publicado no DOE-SP de 08/10/2015 e pelo Ato GP nº 13/2023, publicado no DOE-TCESP de 26/04/2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado(a) **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (*nome e função na CONTRATADA*), inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, conforme *atos constitutivos da empresa OU procuração* apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 9767/2026-41 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90018/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1 O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa ou instituição especializada em planejamento, organização, aplicação e correção de provas objetivas e avaliação de títulos**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta da **CONTRATADA** e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta da **CONTRATADA**; e

1.2.4 Anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **13 (treze) meses**, contados da data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços (AIS)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O referido prazo será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que as partes deverão providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.2 Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da Contratada:

2.1.2.1 A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2 O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3 Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

2.2 A **Autorização para Início dos Serviços (AIS)** será emitida no prazo de até **10 (dez) dias úteis** a contar da **data da assinatura do contrato**.

2.3 O cronograma de execução dos serviços está definido no **item 3 do Termo de Referência** – Anexo I do Edital.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Será permitida a subcontratação das atividades de apoio operacional à execução do objeto, especialmente do parque gráfico, do parque computacional, da logística de aplicação e das equipes de apoio à aplicação das provas, desde que previamente autorizada pelo Contratante.

4.2 É vedada a subcontratação das atividades de organização técnica do certame, da elaboração, revisão e validação das questões, da definição da matriz de prova, da correção técnica das provas e da análise de recursos.

4.3 A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da Comissão de Fiscalização os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

4.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5 A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6 Os pagamentos serão realizados exclusivamente à **CONTRATADA**.

4.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8 O **CONTRATANTE** não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a **CONTRATADA**, que responderá por seu pessoal

técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O **Valor Total da contratação** é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1 O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ela referentes, encontram-se definidos no Apêndice ao Termo de Referência – Anexo I do Edital, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1 Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 17/06/2026.

7.2 É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1 O reajuste será calculado em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = P_o \times \left[ \left( \frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

**R** = parcela de reajuste;

**P<sub>o</sub>** = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

**IPC/IPCo** = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3 No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas da **CONTRATADA**;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.5 Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei, neste Contrato e na Resolução TCE-SP nº 11/2023;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.1.12 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou

apresentar a documentação solicitada pelo **CONTRATANTE** para adequada instrução do requerimento.

8.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato, de seus anexos e do Termo de Referência – Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução do contrato;

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, hipótese em que a **CONTRATADA** deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pela Comissão de Fiscalização do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão de Fiscalização do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou

da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, a **CONTRATADA** deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidão que comprove regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA** que tenha sido exigida para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9 Comunicar à Comissão de Fiscalização do Contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, inclusive trabalhista, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às



especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.15 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.17 Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a **subcláusula acima**, no prazo fixado pela Comissão de Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.20 Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.2 Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), a **CONTRATADA** se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que a **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratadas, caso permitida a subcontratação;

9.2.1 O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter a **CONTRATADA** à extinção unilateral do contrato, a critério do **CONTRATANTE**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas

cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3 A **CONTRATADA** obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1 agente público de órgão ou entidade licitante ou **CONTRATANTE**, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2 pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3 pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo

aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1 A contratação conta com garantia de execução prestada pela **CONTRATADA**, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **total** do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3 Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá contemplar o **CONTRATANTE** como único segurado e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.1 O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.2 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1 prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2 multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**; e

11.5.3 obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber, ou quando o **CONTRATANTE** for compelido ao pagamento.

11.6 A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na **cláusula 11.5**, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados na cláusula 11.5, observada a legislação que rege a matéria.

11.7 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.7.1 Caso fortuito ou força maior;

11.7.2 Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao **CONTRATANTE**;

11.7.3 Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.8 Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado nas agências do Banco do Brasil S.A. ou demais bancos autorizados a receber receitas de DARE-SP, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital.

11.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11 No caso de garantia na modalidade de título de capitalização, este deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, e emitido com observância da legislação que rege a matéria.

11.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo **CONTRATANTE** para fazê-lo.

11.14 O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1 O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.15 A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo **CONTRATANTE** ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.17 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

11.18.1 Será franqueado o acesso ao conteúdo do processo administrativo ao garantidor, quando requerido, a fim de assegurar o exercício de seus direitos.

11.19 A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.20 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** **([art. 92, XIV](#))**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



12.2 A **CONTRATADA** se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e na Resolução TCE-SP nº 11/2023 do **CONTRATANTE**, que faz parte integrante do Edital como Anexo III.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1 A **CONTRATADA** reconhece desde já os direitos do **CONTRATANTE** nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2 O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1 Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

13.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4 Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo **CONTRATANTE** sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se à **CONTRATADA** oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4 Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

14.5 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da **CONTRATADA**, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1 No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1 Gestão/Unidade:

15.1.2 Fonte de Recursos:

15.1.3 Programa de Trabalho: 01.032.0200.4821

15.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99

15.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

16.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17.1.1 Adicionalmente, como igual condição de eficácia do contrato, a divulgação mencionada na **subcláusula 17.1** será realizada também no **Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / DOE-TCESP** (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>).

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1 Fica eleito o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## ANEXO III RESOLUÇÃO Nº 11/2023

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 11/12/2023, PÁG. 34.

Regulamenta os processos sancionatórios no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 desse diploma legal,

**RESOLVE:**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Tribunal, que incidir nas infrações previstas no art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com este Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Tribunal.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Tribunal;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São circunstâncias agravantes da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito deste Tribunal, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

##### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Tribunal.

Seção II – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso. Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

**Artigo 7º** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O Tribunal poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 10 (dez) UFESPs, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos a as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Tribunal, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Tribunal será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

I – por 2 (dois) meses: inciso IV;

II – por 4 (quatro) meses: incisos V a VII;

III – por 1 (um) ano: inciso II;

IV – por 2 (dois) anos: inciso III.

**Parágrafo único** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

CAPÍTULO III



## DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, ao Departamento Geral de Administração (DGA), ou, ainda, por iniciativa deste último.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Diretor Geral de Administração decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Diretor Geral de Administração, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, ao Gabinete Técnico da Presidência para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

**Artigo 17** - O relatório final da comissão a que alude o artigo 16 desta resolução será encaminhado ao Diretor Geral de Administração, a quem compete:

I - aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;

II - encaminhar o processo ao Presidente do Tribunal, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**Artigo 18** - Da decisão do Diretor Geral de Administração que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida;

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente do Tribunal, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

**Artigo 19** - Da decisão do Presidente que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 20** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Tribunal.

**Artigo 21** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 22** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(is) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – DOE-TCESP, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados neste Tribunal, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.



**Artigo 23** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 24** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 25** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 26** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 27** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o DGA poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 28** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 29** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 30** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**§ 1º** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**§ 2º** - O pagamento das multas aplicadas com fundamento nesta resolução poderá ser parcelado, observadas as disposições da Resolução nº 7, de 6 de setembro de 2023, deste Tribunal.

#### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 31** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 32** - Os casos omissos serão solucionados pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Tribunal Pleno, quando for o caso.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## RESOLUÇÃO Nº 04/2026

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 27/03/2026, PÁG. 52.

*Altera e acrescenta dispositivos da Resolução n. 11, de 1º de dezembro de 2023, que regulamenta os processos sancionatórios no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a vigência da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e a Resolução TCESP n. 21, de 12 de dezembro de 2023, que regulamentou a aplicação da Lei no âmbito deste Tribunal; e **CONSIDERANDO** os princípios que regem a licitação, em especial, o da eficiência, eficácia e celeridade,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** – A Resolução n. 11, de 1º de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**I** – o item 1 do § 1º do artigo 3º:

“**Artigo 3º** - .....

§ 1º - .....

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções, na Relação de Apenados ou no SICAF, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito deste Tribunal, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção (NR);

**II** – o artigo 6º:

“**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, sendo de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, percentual que tomará por base os prejuízos experimentados pela Administração em decorrência do atraso ou da inexecução. (NR);

**III** – o *caput* e o § 3º do artigo 11:

“**Artigo 11** – Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Tribunal, contado do recebimento da comunicação da recusa.” (NR)

.....  
§ 3º – Quando não for fixado no termo de referência, edital, contrato ou documento semelhante, o prazo de correção não excederá a 15 (quinze) dias corridos. (NR);

**IV** – o parágrafo único do artigo 12, renumerado para § 1º:

“**Artigo 12** – A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Tribunal será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

.....  
§ 1º – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos e/ou majorados, à vista de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, na seguinte proporção:

I – a majoração será de 50% (cinquenta por cento) por agravante, até o limite máximo de 3 anos;

II – a redução será de 50% (cinquenta por cento), aplicável uma única vez, limitando-se à pena mínima de um mês. (NR);

**V** – acrescido o § 2º no artigo 12:

“**Artigo 12** – .....

§ 2º – o cálculo das atenuantes e/ou agravantes incidirá sobre a pena base. (NR);

**VI** – o § 1º do artigo 13:

**“Artigo 13 – .....**

**§ 1º** – O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido e/ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, na seguinte proporção:

I – a majoração corresponderá a 50% (cinquenta por cento) para cada agravante, até o limite máximo de 6 (seis) anos;

II – a redução corresponderá a 50% (cinquenta por cento), aplicável uma única vez, limitada à pena mínima. (NR)”;

**VII** – acrescido o § 3º ao artigo 13:

**“Artigo 13 – .....**

**§ 3º** – as circunstâncias atenuantes e/ou agravantes incidirão sobre a pena base. (NR)”;

**VIII** – o artigo 23:

**“Artigo 23** - Passados 30 (trinta) dias corridos da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial. (NR)”.

**Artigo 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## **RESOLUÇÃO Nº 07/2026**

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 26/06/2026, PÁG. 45.

Altera dispositivo da Resolução nº 11, de 1º de dezembro de 2023, que regulamenta os processos sancionatórios no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a vigência da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a Resolução TCESP nº 21/2023, que regulamentou a aplicação da Lei no âmbito deste Tribunal; e

**CONSIDERANDO** os princípios que regem a licitação, em especial, o da eficiência, eficácia e da celeridade,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - O artigo 6º da Resolução nº 11, de 1º de dezembro de 2023, alterado pela Resolução nº 4, de 25 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato poderá sujeitar o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:*

*I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;*

*II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;*

*III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.*

*§ 1º – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos;*

*§ 2º – A aplicação das sanções previstas neste artigo deverá considerar as circunstâncias de cada caso, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mediante decisão devidamente fundamentada.”(NR)*

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.